



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CULTURA

REQUERIMENTO N° , DE 2015 (Da Srª Geovania de Sá)

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para discutir o Tratado de Marraqueche, objeto do Encontro dos Países de Língua Portuguesa que acontecerá em Cabo Verde.

Senhor. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 24, inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para discutir o “Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para ter acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013”, com a presença dos seguintes convidados:

1. Marcos Alves de Souza, Diretor de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura;
2. Antônio José do Nascimento Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da SDH/PR;
3. Professor Alberto do Amaral Júnior, Professor de Direito Internacional da Universidade de São Paulo;
4. Moisés Bauer Luiz, Presidente Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB;
5. Adermir Ramos Filho – Superintendente da Fundação Dorina Nowill para Cegos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

A Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), em cooperação com o Governo de Cabo Verde, o Ministério da Cultura do Brasil e a Organização Mundial dos Cegos (WBU) realizará o Encontro Inter-Regional dos Países de Língua Portuguesa sobre a Implementação do Tratado de Marraqueche, em Paria, Cabo Verde, de 15 a 19 de junho de 2015.

O Encontro tem como principal objetivo discutir a proposta do Tratado de forma a identificar os desafios e estratégias para sua implementação. Dessa forma, o evento contará com palestras, debates e oficinas em que os membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa terão a oportunidade de compartilhar suas experiências nas áreas de produção e distribuição de formatos acessíveis e desenvolver planos para a efetiva implementação do Tratado de Marraqueche em suas respectivas regiões.

Os temas que serão discutidos incluem o trânsito transfronteiriço de obras em formato acessível, o papel das entidades autorizadas e a incorporação do tratado nas legislações nacionais, entre outras temáticas de igual importância. Organizado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) em parceria com a Organização Mundial dos Cegos (WBU) e os governos do Brasil e de Cabo Verde, o evento contará ainda com a presença de diversas autoridades e organizações que atuam em áreas relacionadas à produção, distribuição e disponibilização de formatos acessíveis.

Embora direcionado aos países de língua portuguesa, tal encontro é relevante para a comunidade internacional como um todo, uma vez que contribuirá para esclarecer a proposta do Tratado e incentivar novas ratificações.

Assim, considero que a Audiência Pública ora proposta será uma oportunidade ímpar para esta Casa contribuir com o debate que refletirá a posição do Brasil sobre a questão.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 2015.

**Deputada GEOVANIA DE SÁ
PSDB / SC**